

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA
SUMÁRIO Nº 24 JUL./SET. 1998

I DOCTRINA

El control del gobierno desde la perspectiva individual del parlamentario (y a la luz del art. 23.2 de la Constitución). JAVIER GARCIA ROCA

p. 07

As modernas formas de interpretação constitucional. CELSO RIBEIRO BASTOS

p. 45

Retribuição dos servidores: análise dos incs. X a XV do art. 37 CF, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. DINORÁ

ADELAIDE MUSETTI GROTTI

p. 51

A universidade e o Estado. Algumas considerações acerca do papel do Estado na atividade educacional de nível superior. NINA BEATRIZ RANIERI

p. 63

A inviolabilidade constitucional do direito à vida. A questão do aborto. Necessidade de sua descriminalização. Medidas de consenso. MARIA GARCIA

p. 73

Licitações: interpretação de acordo com a finalidade constitucional. ALEXANDRE DE MORAES

p. 85

Ação declaratória de constitucionalidade. MARCELO HARGER

93

p.

Ação declaratória de constitucionalidade. JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

p. 107

Controle incidental da constitucionalidade das leis no Direito brasileiro. DANIELE DO ROCIO F. COUTINHO

p. 129

O Estado-membro e a política nacional de arquivos públicos e privados. JOSÉ EDGARD PENNA A. PEREIRA

p. 149

Sistema constitucional tributário. FAISSAL YUNES JUNIOR

165

p.

II ESTUDOS E PARECERES

Inconstitucionalidade de ato normativo da Radiobrás que impõe o horário obrigatório da “Voz do Brasil” com base em lei revogada pela Constituição de 1988. Admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

p. 185

Contratação de prestadores de serviço de saúde pelo SUS: critérios de inabilitação e seleção, formas de contratação, prazos de vigência e limites de alteração dos contratos. FLORIANO PEIXOTO A. MARQUES NETO p. 197

Novo regime constitucional dos partidos políticos. Fidelidade partidária. Fixação de diretriz partidária vinculando votação em processo de impeachment. Revisibilidade dos atos partidários pelo Judiciário. Competência da Justiça Eleitoral. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE p. 211

III TRIBUNAIS

Direito constitucional e tributário. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Medida cautelar. ICMS. Navegação aérea. Transporte aéreo. Transporte interestadual e intermunicipal por qualquer via. Lei Complementar n 87, de 16-09-1996. MIN. SIDNEY SANCHES p. 289